



Revista Brasileira de Ciências Sociais

ISSN: 0102-6909

anpocs@anpocs.org.br

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais
Brasil

Velho, Otávio

A antropologia e o Brasil, hoje

Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 23, núm. 66, fevereiro, 2008, pp. 5-9

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10706601>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A ANTROPOLOGIA E O BRASIL, HOJE*

Otávio Velho

Gostaria inicialmente de expressar a minha satisfação em participar das comemorações dos 30 anos da Anpocs na qualidade de primeiro presidente não oriundo da ciência política (1986-1988). Agradeço a honra do convite. Saudando a todos, gostaria também de dirigir uma homenagem especial aos demais ex-presidentes, tanto os presentes quanto os ausentes, bem como ao atual presidente, Ruben Oliven, colega antropólogo. Embora o sucesso da Anpocs se deva a muito mais gente, creio que eles – juntamente com os secretários-gerais – personificam de modo exemplar a raríssima sensação de obra coletiva bem realizada que a Anpocs nos dá. Ser parte dessa geração que construiu a Anpocs traz imensa satisfação e um sentimento inabalável de fraternidade.

* Conferência proferida durante o 31º Encontro Anual da Anpocs como parte das comemorações dos seus 30 anos (Caxambu, 23 de outubro de 2007).

Neste momento, não poderia deixar de lembrar os encontros preparatórios da fundação da Anpocs realizados no Iuperj na década de 1970 e a que apenas uns poucos dos presentes hoje, estavam então. Lembrar os primeiros atritos na busca de uma acomodação entre as várias disciplinas e participantes, o que talvez merecesse uma tese, pois se constituiu num laboratório de assuntos de natureza política e, até, epistemológica, importante para a nossa história (lembro-me das queixas do Prof. Cândido Mendes quanto aos objetos da antropologia). E, também devemos lembrar a figura tão central nesse processo de Olavo Brasil de Lima Jr., colega exemplar sem cujo esforço seguramente hoje não estaríamos aqui.

Na ocasião da fundação da Anpocs, em 1977, participei de sua assembléia como coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ), uma das quatorze instituições do núcleo inicial. E, em 1986,

fui eleito presidente, tomando posse em Campos do Jordão ao suceder o cientista político Hégio Trindade. Portanto, foram nove anos até termos o primeiro presidente não oriundo da ciência política. E, assim mesmo, tendo sido bastante testado: membro de duas diretorias presididas por cientistas políticos e, ainda por cima, de *dois* Wanderleys (Fabio Wanderley Reis e Wanderley Guilherme dos Santos). Na verdade, sempre tive excelentes relações com cientistas políticos e sociólogos. Até por vezes tendo algum problema de identidade: graduado em sociologia e política pela antiga Escola de Sociologia e Política da PUC/RJ e com doutorado em sociologia, apesar de como aluno de renomados antropólogos. E sempre fui um entusiasta da interdisciplinaridade, quando não da transdisciplinaridade. Enfim, creio que fui uma figura de transição num processo de abertura lenta, gradual e segura, por assim dizer, e fico feliz por ter podido cumprir este papel. O presidente seguinte foi o sociólogo Vilmar Faria.

Esta é uma ocasião de celebração. Celebração a que fui chamado pelo nosso presidente, Ruben Oliven, para falar sobre a relação entre a antropologia e o país, hoje. Ao refletir sobre o que iria dizer, lembrei-me de uma antiga observação de Fabio Wanderley no sentido de que os antropólogos seriam extremamente corporativos, não desnudando os seus problemas, o que por vezes deixava os colegas de outras disciplinas em situação embaraçosa. Devo dizer que até certo ponto concordo com ele, apesar de discordarmos substancialmente em muita coisa. E apesar de nos últimos tempos termos sido atropelados pelos acontecimentos de tal maneira que se torna cada vez mais difícil ocultar as diferenças de opinião entre os antropólogos. Suponho que essa atitude a que se referia Fabio Wanderley tenha a ver com alguma necessidade de defesa em certo momento, pois a antropologia, inegavelmente, foi alvo de muita incompreensão. Mas hoje esta área no Brasil é um sucesso evidente, não só comparando internamente, mas também externamente, de modo que creio ser possível uma atitude desguarnecida diante dos colegas, tendo consciência de que é a solidez dessa construção de que participamos que permite assim proceder.

É interessante notar que por volta da época da fundação da Anpocs, Mariza Peirano (1980) fez

justamente um diagnóstico sobre a relação entre a antropologia e o país que se tornou canônico, importante no entendimento do significado da antropologia e na própria assunção da posição que hoje ela ocupa. Mariza propunha haver uma relação profunda no Brasil entre a antropologia e a construção da nação. A meu ver, a notoriedade dessa tese foi totalmente merecida, pois espelhava com muita sensibilidade a natureza profunda do empreendimento antropológico entre nós. Natureza profunda porque não dependente do seu pleno ou explícito reconhecimento, funcionando muitas vezes como um subtexto.

Acrescentaria de um modo que não me parece ir muito além da própria tese da Mariza Peirano que a antropologia carregava então (e em boa parte ainda carrega) um duplo discurso: o da universalidade da antropologia, de um lado, e o da construção da nação, de outro. Não que a construção da nação fosse estranha ao universalismo, mas, no caso, dizia respeito a uma propriedade portada pelos antropólogos brasileiros especificamente, que coloria de modo especial a antropologia que fazíamos, o que já me levou a designar este discurso como *neoorientalista* em artigo a respeito de “antropologias mundiais”, num seminário organizado por Gustavo Lins Ribeiro e Arturo Escobar sob os auspícios da Fundação Wenner-Gren (2006) e que deverá em breve ser publicado. Pois este discurso redundava até em certa desconfiança em relação aos resultados de estudos feitos por antropólogos estrangeiros entre nós, que não pareciam capazes de captar com a mesma intimidade essa nossa realidade.

Creio, portanto, que foi esta, efetivamente, a antropologia que em larga medida praticamos todos estes anos e que foi responsável pelo seu sucesso. E, ao mesmo tempo, creio que é esta a antropologia que precisamos rever se quisermos atualizar a relação da antropologia com o país. Revisão que certamente constitui um desafio, mas que o amadurecimento da antropologia entre nós pode permitir que seja bastante indolor, dependendo da nossa vontade.

E talvez, não inteiramente por coincidência, esta aparente necessidade coincide com uma demanda da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, anunciada por seu presidente, Marco Antonio Raupp, no sentido de que preci-

samos “juntos identificarmos idéias que possam gerar bandeiras comuns para a atuação da SBPC com as sociedades científicas”. Ou seja, questões que tal como esse segundo discurso, dizem respeito à nossa participação pública para além, inclusive, das fronteiras da nossa corporação. Nada mais oportuno, portanto, que esta revisão. Entre parênteses, aproveito para estimular os cientistas sociais para que se filiem à SBPC, um fórum de discussão precioso na sua heterogeneidade e onde, a meu ver, precisamos fortalecer a presença das ciências sociais. E que se sintam incluídos nesse convíte os pós-graduandos, cuja entidade, a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), recentemente lançou a campanha “Fique sócio da SBPC”.

Retornando ao assunto principal, o que proponho, portanto, é que este segundo discurso da antropologia, o da construção da nação, atingiu os seus limites. Atingiu-o na condição de paradigma, por assim dizer, usando essa expressão de maneira ampla. Pelo menos do modo que ele mesmo foi (em analogia com a nação) por sua vez construído. Não pretendo com isso entrar na polêmica sobre a obsolescência do Estado-nação ou sua eventual substituição por Estado-nações.

A meu ver, a principal contribuição da antropologia para o discurso da construção da nação foi a de compatibilizar unidade e diversidade, o que estava – ao menos no que diz respeito à diversidade – em congruência com a divisão de trabalho estabelecida no momento da constituição das ciências sociais na segunda metade do século XIX, quando coube à antropologia e aos estudos clássicos a investigação dos *outros*, como parte de um dispositivo de poder na organização colonial-imperial do mundo. Entre nós, cumpriu-se essa missão do estudo do *outro* magnificamente, mas, agora, sob a égide da construção da nação, tanto do lado da produção antropológica, como da sua recepção. Embora, ao contrário do que costumam fazer os seus teóricos – e também um sensível historiador da antropologia como George Stocking Jr. (1982) –, talvez não se deva considerar a construção da nação em oposição absoluta ao colonialismo. Dever-se-ia reconhecer não só o efeito do colonialismo e da produção colonial de alteridade na construção das nações na Europa (inclusive no estabelecimento das distinções entre raças superiores e inferiores), mas também, no nosso caso

em particular, reconhecer a presença, que não se torna discurso, de um colonialismo *interno* – como diria o nosso mestre Roberto Cardoso de Oliveira desde projeto por meio do qual ingressei no Museu Nacional (Cardoso de Oliveira, 1966) –, o que tem sido retomado nos últimos anos na crítica latino-americana ao eurocentrismo (Lander, 2005). Roberto Cardoso, aliás, foi um dos pioneiros dessa idéia, graças, inclusive, ao seu papel, também pioneiro, no estabelecimento de relações de trabalho com cientistas sociais latino-americanos, o que vem ganhando nova atualidade, em parte devido a razões geopolíticas, em parte devido à qualidade do trabalho desenvolvido por nossos colegas no continente. Vale lembrar nesse sentido o programa do Ministério da Ciência e Tecnologia administrado pelo CNPq – Prosul –, de cujo comitê gestor faço parte, que pretende estimular o intercâmbio científico no âmbito da América do Sul e onde a participação das ciências sociais ainda é tímida. Também existe o Pro-África. São novas iniciativas a que devemos estar atentos, pois me parecem promissores no sentido de levar os alunos a realizarem pesquisa fora das fronteiras nacionais (o que não deixa de ter conexão com o assunto desta palestra).

Apesar das relações entre colonialismo e construção da nação, sem dúvida houve diferenças marcantes entre as antropologias de construção do império e as da nação. E foi no caso em que se partia da construção da nação que, além da questão da diversidade, mais se colocou o problema da *unidade*, pois sendo o *outro* interno impunha-se uma delicada operação simultânea de reconhecimento e circunscrição, num sutil – mas delicado – equilíbrio, reconhecedor, por assim dizer, da natureza antinômica do real (Velho, 2007a). De qualquer forma, dentro desses limites realizou-se entre nós um verdadeiro mapeamento da diversidade. Sobretudo a partir do momento em que a antropologia mudou de escala com o desenvolvimento dos programas de pós-graduação, desde a segunda metade dos anos de 1960, mas, sobretudo, na década seguinte. Poderíamos até dizer, com certo exagero, que os antropólogos neófitos se transformaram em um verdadeiro exército, a etnografar tudo minuciosamente de um modo que guarda certa semelhança com o movimento *narodnik* da Rússia no século XIX. E, além disso, seguindo um modelo extremamente

uniforme em todo o país e nos diversos centros de pós-graduação, o que também foi sintoma da sua pujança e da capacidade de organização interna, mas que não deixou de provocar por parte dos cultivadores de outras disciplinas a acusação de falta de critério de relevância, tal como no caso do meu antigo mestre na velha Escola de Sociologia e Política da PUC/RJ, Cândido Mendes, ao qual já me referi. Nada parecia escapar a esse afã mapeador, que oferecia à sociedade um (auto)reconhecimento de sua diversidade sob a bandeira do respeito à diferença, numa feliz coincidência com valores que iam se desenvolvendo contemporaneamente e que, em nosso caso, coincidiam também com a inauguração de uma nova etapa da sociedade brasileira, com a formação da grande frente que lutou contra o autoritarismo do regime militar e que prosseguiu no processo da chamada redemocratização. Tudo isso, sem dúvida, tem a ver com os primeiros anos da Anpocs.

Hoje, porém, talvez pela primeira vez na nossa história, a democracia está consolidada. Não se trata mais de redemocratizar no sentido do retorno a um estado *ex ante*, limitado, sem envolver real redistribuição do poder no âmbito do que denominei *capitalismo autoritário* (Velho, 2007b [1976]), mas de prosseguir num processo de democratização não limitado *a priori*, cujos desdobramentos não controlamos. Com isso, o papel dos intelectuais, em geral, aí incluídos cientistas sociais e antropólogos, certamente tende a mudar. Não somos mais os mentores da democracia. De um lado, surgiram outros mediadores e, de outro, os próprios grupos e movimentos sociais assumiram em larga medida os seus destinos. E nesse processo fomos canibalizados. Gosto de lembrar uma reportagem que vi na televisão onde a repórter perguntava a um índio o nome de uma dança que acabara de ser apresentada, ao que ele respondia que o nome da dança era “O Ritual”.

A meu ver, isto está trazendo sérios problemas de identidade para a nossa “classe”. Problemas cuja face – tal como para nós se apresenta no caso da antropologia – tem até nomes, como neoíndios, índios emergentes, quilombolas, pentecostais, sem terra etc. Não só o paradigma vigente da construção da nação parece encontrar os seus limites, mas até os limites da idéia de construção social, aparentemente tão ortodoxa, parece serem

atingidos, pois a autoconstrução desses novos personagens – espécies de Mr. Hyde da história – tende a nos causar estranheza. Eles vão aos poucos encontrando o seu lugar entre os “objetos” antropológicos, embora apresentem desafios de toda ordem – teóricos, metodológicos, políticos, éticos. Mas seu reconhecimento é ainda muito incipiente por parte do pensamento hegemônico na disciplina – sobretudo como interlocutores, e não apenas como “informantes”, para lembrar a expressão clássica, hoje sob suspeição. Diante deles, creio que a disciplina apresenta certo mal-estar. Superar esse problema parece-me ser, em síntese, o nosso desafio hoje.

O fato é que a diversidade vai transbordando quaisquer limites de uma unidade dada *a priori*. Unidade que só aos poucos se explicitara como *restrição* e *essencialização*, num curioso retorno a posições identificadas com o ensaísmo anterior à pós-graduação erigida a partir do final dos anos de 1960 e de que a Anpocs é fruto. Restrição e essencialização num sentido normativo, teleológico e ético que, muitas vezes, se apresentam no caso dos antropólogos em nome da cultura e suas variantes.

Não sei se se trata de uma coincidência ou não, mas aos limites locais do paradigma vem se somar, em escala global, por assim dizer, o questionamento dos conceitos e do vocabulário que, nas ciências sociais, legitimaram esses posicionamentos – o próprio conceito de cultura, de sociedade, de natureza etc. E não se está aqui de maneira alguma colocando chifre em cabeça de camarão, como por vezes se sugere quando esses assuntos são levantados: isto tudo está posto em face de múltiplas determinações, apesar de a minha resposta pessoal ir mais na direção da necessidade de uma desreificação e do reconhecimento daquilo que Gregory Bateson (2000 [1972]) chamava de uma “concretude mal-colocada” (*misplaced concreteness*) do que do puro e simples abandono desses conceitos. Mas trata-se de um questionamento que, sem dúvida, nos atinge amplamente, pois todos nós pagamos um tributo à nossa época.

E aos limites do paradigma vem se somar também o questionamento de estruturas escolares que podem correr o risco de – não renovadas – substituírem o desejo de conhecimento por um

culto virtuoso a um panteão enrijecido, a etnografia reduzida a ilustrar com mais um caso o que já se sabe. Pois o pior que pode acontecer é que a reiteração do padrão que hoje encontra os seus limites lhe acrescente um toque fundamentalista e nostálgico. Uma das manifestações disso tem sido a idéia de que a perda de referência a essa unidade *a priori* pode levar a um efeito fragmentador, a uma “balcanização” teórica, política e existencial, por assim dizer. Creio que essa colocação talvez traia um compromisso com um *dever ser* que põe num plano excessivamente secundário o reconhecimento do que de fato ocorre, um *amor fati* (para utilizar a expressão nietzschiana) que demanda pesquisa e – ao menos para alguns – estóica resignação. Nesse plano do *dever ser*, por sua vez, revela-se uma excessiva timidez no reconhecimento de novas possibilidades associadas a uma unidade *ex post*, sempre provisória, que exige esforço, negociação, abdicação de pretensões hegemônicas e prática política, mas que é possível. Até na forma de um diálogo entre modernidades alternativas – como alternativa a uma oposição entre tradição e modernidade – na constituição do que já foi denominado uma *transmodernidade* (Lander, 2005). Novas possibilidades, inclusive no interior das nossas associações – que por vezes refletem os diversos grupos sociais relevantes – onde as diferenças de opinião, agora mais explicitadas, servem como um bem-vindo alerta de que ninguém pode sozinho assumir a autoridade disciplinar ou escudar-se nela para expressar suas opiniões cidadãs.

Como diria o Velho (com v maiúsculo) pára-quedista: a mente é como um pára-quedas, só funciona se estiver aberta. E o mesmo talvez se pudesse dizer das ciências sociais, a acreditar na exortação feita por Immanuel Wallerstein (1996) no título do relatório da Comissão da Fundação Gulbenkian que ficou conhecida por seu nome: “Abrir as Ciências Sociais”. Tudo isso no âmbito de um surpreendente mundo multipolar, que também se anuncia no espaço da produção intelectual.

Enfim, esta é a minha opinião e o meu desejo, expressos aqui de modo sintético, como me parece convir para esta ocasião de celebração. Finalizando, gostaria apenas de saudar mais uma vez este aniversário da Anpocs, desejando-lhe vida longa. Vida no seu mais amplo sentido: que a Anpocs sobreviva para além de nós, seus mortais

fundadores, ajudando a vivificar, por sua vez, a nossa antropologia, as nossas ciências sociais. Que os nossos antropólogos sejam cada vez melhores. Melhores do que nós. Muito obrigado.

BIBLIOGRAFIA

- BATESON, Gregory. (2000 [1972]), *Steps to an ecology of mind*. Chicago/Londres, The University of Chicago Press.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. (1966), “A noção de colonialismo interno na etnologia”. *Tempo Brasileiro*, 4 (8): 105-112.
- LANDER, Edgardo (org.). (2005), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, Clacso.
- PEIRANO, Mariza. (1980), “*The anthropology of anthropology: the Brazilian case*”. Ph. D. thesis. Cambridge: Department of Anthropology, Harvard University.
- STOCKING JR., George. (1982), “Afterword: a view from the center”. *Ethnos*, 47 (1-2): pp. 172-186.
- VELHO, Otávio. (2006), “The pictographics of Tristesse: an anthropology of nation building in the tropics and its aftermath”, in Gustavo Lins Ribeiro e Arturo Escobar (orgs.), *World anthropologies: disciplinary transformations within systems of power*, Oxford/Nova York, Berg, pp. 261-279.
- _____. (2007a), “Epistrophê: do duplo vínculo às antinomias e de volta”. *Rever – Revista de Estudos da Religião*, ano 7, set., pp. 123-144.
- _____. (2007b [1976]), “Modos de desenvolvimento capitalista, campesinato e fronteira em movimento”, in _____, *Mais realistas do que o rei: ocidentalismo, religião e modernidades alternativas*, Rio de Janeiro, Topbooks, pp. 77-101.
- WALLERSTEIN, Immanuel *et al.* (1996), *Para abrir as ciências sociais*. São Paulo, Cortez.